

# Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2023 e  
relatório dos auditores independentes  
sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>5</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>14</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>15</b>



## Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da **Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. (“MRTE” ou “Companhia”)** para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

### Carta do Presidente

#### Cenário

A **Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. (“MRTE” ou “Companhia”)** atua no segmento de transmissão de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 10 anos de existência. Em 2023, a Concessionária manteve as atividades de operação e manutenção da Subestação Marechal Rondon 440/138kv, autorizada conforme Licença de Operação nº 1321/2015 retificada em 11 de abril de 2017.

#### Transmissão

Contando com 1 subestação, nas tensões de 440/138 kV. Além disso, atende a distribuidora do estado do Mato Grosso do Sul. Além de usar suas linhas de transmissão para prover energia a consumidores no Estado Mato Grosso do Sul, a Outorgada transmite energia para outras empresas usuárias do Sistema Interligado Brasileiro. Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia, a Companhia detém as concessão de transmissão da Rede Básica que compreende uma subestação na tensão de 440/138 kV, conforme quadro a seguir:

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas

Transformador	Quantidade	Tensão(Kv)	Extensão (Km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação comercial	Vencimento da Outorga
TR 440/138 kV MARECHAL RONDON	2	500/138	--	600	19/12/2016	2044

Linhas de Transmissão em Operação - Características financeiras – Projetos de Linhas

Linhas de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ Mil)	RAP Proporc. (R\$ Mil)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
TR 440/138 kV MARECHAL RONDON	MRTE	21.988	21.988	2029	Junho	IPCA

Em vista das subestações em operação com respectiva RAP e autorizados pela ANEEL e dos projetos vencidos mediante licitação, a RAP esperada - sem considerar novos projetos é de R\$ 22,939 milhões para 2024 (evolução de 12% em relação a 2023) e de R\$ 23,791 milhões para 2025 (evolução de 4% em relação a 2024), conforme quadro a seguir:

2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
20.450	21.988	22.939	23.791	24.629	25.486	26.378



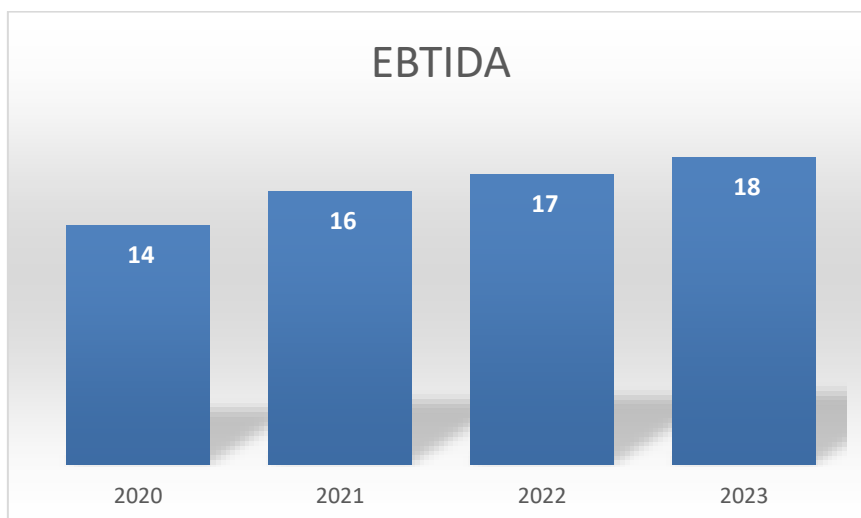
**Desempenho econômico-financeiro**

Em 2023, a lucro líquido foi de R\$ 10,7 milhões, contra R\$ 8,8 milhões em 2022, um crescimento de 22%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 22 milhões, enquanto em 2022 situou-se em R\$ 21 milhões. Esse aumento de 5 % resulta da receita de Receita de encargos de transmissão e Receita Rede de Fronteira 18% superior em relação ao ano anterior.

Os custos operacionais totalizaram em 2023 R\$ 8 milhões, 4 % superiores em relação à 2022, destacando-se os custos com: serviços de terceiros, aumento de 79% decorrente essencialmente a custos de compensação ambiental relacionados ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental 51/2022 celebrado entre MRTE e o IMASUL.

A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 10,34% contra 9,39% em 2022.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 18 milhões, superior em 7% a 2022, que foi de R\$ 17 milhões, conforme evolução abaixo:



**Serviços de Auditoria Externa**

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa	
Auditor Independente (Em milhares de reais)	2023
KPMG Auditores Independentes	14
Total	14

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

**A Administração**



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

**Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase – Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da agência reguladora ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatória como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

## Mensuração do ativo imobilizado e intangível

Veja a Nota 4.1, 11 e 12 das demonstrações contábeis regulatórias

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui um contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e em 31 de dezembro de 2023 apresenta em suas demonstrações contábeis regulatórias o montante de R\$ 107.210 mil referente ao seu ativo imobilizado e intangível.</p> <p>Esses ativos são mensurados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação desses itens é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente, sendo que as taxas anuais e vida úteis de depreciação são determinadas pelo órgão regulador.</p> <p>Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado operacional e conseqüentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos a mensuração do ativo imobilizado e intangível como principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(i) entendimento do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados com o processo de análise e mensuração dos gastos de concessão reconhecidos como imobilizado e intangível;</li><li>(ii) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e intangível;</li><li>(iii) em bases amostrais, realizamos testes de inspeção documental e confronto com saldos contábeis nas adições e baixas ocorridas no imobilizado e intangível ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023;</li><li>(iv) recálculo da depreciação com base nas vidas úteis determinadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”);</li><li>(v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis regulatórias.</li></ul> <p>– Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos do imobilizado e intangível, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

## Outros assuntos

A Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 1 de março de 2024.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias, de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

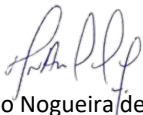
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade  
Contador CRC RJ-086312/O-6



# Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

## Balancos patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo</b>			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>8</b>	9.764	9.689
Concessionárias e permissionárias	<b>9</b>	2.127	1.972
Contas a receber - partes relacionadas	<b>22</b>	207	537
Almoxarifado		547	607
Adiantamento a fornecedores		8	59
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		542	542
Outros impostos a recuperar		2	30
Outros ativos circulantes		217	154
		<b>13.414</b>	<b>13.590</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	<b>10</b>	4.600	4.068
Imobilizado não vinculado à concessão	<b>11</b>	127	156
Intangível não vinculado à concessão	<b>12</b>	11	18
Imobilizado	<b>11</b>	106.462	109.934
Intangível	<b>12</b>	610	616
		<b>111.810</b>	<b>114.792</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>125.224</b>	<b>128.382</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

## Balancos patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Passivo</b>			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros		38	56
Fornecedores - partes relacionadas	22	783	708
Obrigações Sociais e trabalhistas		297	269
Empréstimos e financiamentos com terceiros	13	8.479	6.851
Imposto de renda e contribuição social a pagar		330	224
Outros impostos a pagar		256	244
Taxas regulamentares		177	280
Dividendos propostos	15	157	141
		<b>10.517</b>	<b>8.773</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos com terceiros	13	1.548	5.957
		<b>1.548</b>	<b>5.957</b>
Patrimônio líquido	15		
Capital social		120.618	120.618
Reserva de Lucros		36.417	31.845
Reserva Legal		3.205	2.376
Prejuízo acumulado		(47.081)	(41.187)
		<b>113.159</b>	<b>113.652</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>125.224</b>	<b>128.382</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de reais)*

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	<b>16</b>	21.624	20.759
Custo de construção e operação	<b>17</b>	<u>(8.064)</u>	<u>(7.742)</u>
Lucro bruto		13.560	13.017
Despesas gerais e administrativas	<b>18</b>	(1.371)	(1.932)
Outras despesas operacionais		<u>(111)</u>	<u>(174)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		12.078	10.911
Resultado financeiro	<b>20</b>	<u>55</u>	<u>(939)</u>
Receita financeira		1.570	1.580
Despesa financeira		(1.515)	(2.519)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>12.133</u>	<u>9.972</u>
IRPJ e CSLL correntes	<b>21</b>	(1.464)	(1.137)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><b>10.669</b></u>	<u><b>8.835</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de reais)*

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	10.669	8.835
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>	<b><u>10.669</u></b>	<b><u>8.835</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>120.618</b>	<b>1.636</b>	<b>27.794</b>	<b>(35.217)</b>	<b>114.831</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.835	8.835
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 15)	-	740	-	(740)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros (Nota explicativa 15)	-	-	13.924	(13.924)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 15)	-	-	-	(141)	(141)
Dividendos intermediários (Nota explicativa 15)	-	-	(9.873)	-	(9.873)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>120.618</b>	<b>2.376</b>	<b>31.845</b>	<b>(41.187)</b>	<b>113.652</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.669	10.669
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 15)	-	829	-	(829)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros (Nota explicativa 15)	-	-	15.577	(15.577)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 15)	-	-	-	(157)	(157)
Dividendos intermediários (Nota explicativa 15)	-	-	(11.005)	-	(11.005)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>120.618</b>	<b>3.205</b>	<b>36.417</b>	<b>(47.081)</b>	<b>113.159</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
<b>Lucro do exercício antes dos impostos</b>		<b>12.133</b>	<b>9.972</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos a pagar	13	1.447	2.414
Depreciação e amortização		4.285	4.200
Baixa de imobilizado e intangível	11/ 12	-	8
Rendimento títulos e valores mobiliários	10	(525)	(344)
Provisão para perda crédito esperada	9	(5)	39
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Concessionárias e permissionárias		(150)	973
Contas a receber - partes relacionadas		330	(458)
Almoxarifado		60	(34)
Títulos e valor mobiliários		79	33
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	(542)
Outros impostos a recuperar		28	(1)
Adiantamentos a fornecedores		51	(4)
Outros ativos		(64)	(97)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores – terceiros		(18)	5
Fornecedores – partes relacionadas		75	(145)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(336)	262
Outros impostos a pagar		895	866
Taxas regulamentares		(103)	93
Outros impostos pagos		(883)	(866)
Obrigações sociais e trabalhistas		28	53
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>17.327</b>	<b>16.427</b>
Imposto de renda e Contribuições social pagos		(1.021)	(1.361)
Juros pagos	13	(513)	(1.372)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>15.793</b>	<b>13.694</b>
Aquisição de imobilizado e intangível	11/ 12	(771)	(40)
Aplicação títulos e valores mobiliários	10	(86)	(1.649)
<b>Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento</b>		<b>(857)</b>	<b>(1.689)</b>
Empréstimos pagos	13	(3.715)	(6.035)
Dividendos pagos	15	(11.146)	(9.988)
<b>Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento</b>		<b>(14.861)</b>	<b>(16.023)</b>
<b>(Redução) Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>75</b>	<b>(4.018)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>9.689</b>	<b>13.707</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>9.764</b>	<b>9.689</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**

*(Em milhares de reais)*

### **1 Informações gerais**

A Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” e/ou “MRTE”), foi constituída em 18 de novembro de 2013 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Companhia iniciou suas operações em 05 de setembro de 2016, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

#### **1.1 Da concessão**

Em 14 de novembro de 2013 a SGBH venceu o Leilão ANEEL nº 007/2013 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$ 11.599 (onze milhões, quinhentos e noventa e nove mil reais) e deságio de 28% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 29 de janeiro de 2014, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção da seguinte instalação de transmissão no município de Três Lagoas:

- (i) Pela Subestação Marechal Rondon 440/138kv, autorizada conforme Licença de Operação nº 1321/2015 retificada em 11 de abril de 2017.

#### **1.2 Receita anual permitida (RAP)**

A RAP do contrato de concessão foi determinada em R\$ 11.599 (valor histórico). A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e Taxa Referencial de Mercado (“TRM”), definida no contrato.

Em 13 de julho de 2021 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 19.337 (dezenove milhões, trezentos e trinta e sete mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de Julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 21.563 (vinte e um milhões, quinhentos e sessenta e três mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 4 de julho de 2023 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 22.412 (vinte e dois milhões, quatrocentos e doze mil reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

### **1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

### **Declaração de conformidade**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma



empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas pela Administração em 29 de abril de 2024.

## **2.1 Uso de estimativas e julgamentos**

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

## **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.3 Classificação circulante versus não circulante**

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

# **3 Mudanças nas principais políticas contábeis**

## **3.1 Informação de políticas contábeis materiais**

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis regulatórias. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações

financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Principais práticas contábeis regulatórias (2022: Resumo das práticas contábeis regulatórias) e 5 Resumo das práticas contábeis materiais em determinados casos, de acordo com as alterações.

## **4 Principais práticas contábeis regulatórias**

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 15 a 20, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

### **4.1 Imobilizado e intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente.

As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela ANEEL.

Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 11 - Imobilizado e 12 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo “Em serviço” correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

### **4.2 Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

## **5 Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)**

### **5.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

### **5.2 Concessionárias e permissionárias**

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

### **5.3 Almoxarifado**

Os almoxarifados são compostos essencialmente por materiais de almoxarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo imobilizado que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

O custo dos almoxarifados é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para almoxarifados de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

#### **5.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

#### **5.5 Impostos**

##### ***Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica***

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%.

Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

##### ***Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes***

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% e 32% para IRPJ e 12% e 32% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

#### **5.6 Provisões para contingências**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são

revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## **5.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

## **5.8 Ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

## **5.9 Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

## **5.10 Instrumentos financeiros**

### ***a. Ativos financeiros***

- **Classificação e mensuração** - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:
  - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e

mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”.O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

**b. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

## **5.11 Fluxo de caixa**

As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

## **5.12 Transação com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

## **6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis e regulatórias da companhia.

### **(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)**

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 13, a Companhia possui empréstimos bancários com garantias que estão sujeitos a covenants específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

### **(b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)**

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

### **(c) Outras normas Contábeis:**

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias

## 7 Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		<b>13.414</b>	<b>15.499</b>	<b>28.913</b>	<b>13.590</b>	<b>14.958</b>	<b>28.548</b>
Caixa e equivalentes de caixa		9.764	-	9.764	9.689	-	9.689
Concessionárias e permissionárias		2.127	-	2.127	1.972	-	1.972
Contas a receber - partes relacionadas		207	-	207	537	-	537
Estoques		547	-	547	607	-	607
Adiantamentos a fornecedores		8	-	8	59	-	59
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		542	-	542	542	-	542
Outros impostos a recuperar		2	-	2	30	-	30
Ativo de contrato	<b>a</b>	-	15.499	15.499	-	14.958	14.958
Outros ativos circulantes		217	-	217	154	-	154
Ativo não circulante		<b>111.810</b>	<b>42.674</b>	<b>154.484</b>	<b>114.792</b>	<b>37.148</b>	<b>151.940</b>
Ativo de contrato	<b>a</b>	-	149.316	149.316	-	147.282	147.282
Títulos e valores mobiliários		4.600	-	4.600	4.068	-	4.068
Imobilizado não vinculado à concessão		127	-	127	156	-	156
Intangível não vinculado à concessão		11	-	11	18	-	18
Imobilizado	<b>b</b>	106.462	(106.395)	67	109.934	(109.922)	12
Intangível	<b>b</b>	610	(247)	363	616	(212)	404
		<b>125.224</b>	<b>58.173</b>	<b>183.397</b>	<b>128.382</b>	<b>52.106</b>	<b>180.488</b>



**Marechal Rondon**  
**Transmissora de Energia S.A.**  
*Demonstrações contábeis regulatórias*  
em 31 de dezembro de 2023

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		<b>10.517</b>	-	<b>10.517</b>	<b>8.773</b>	-	<b>8.773</b>
Fornecedores terceiros		38	-	38	56	-	56
Fornecedores partes relacionadas		783	-	783	708	-	708
Obrigações Sociais e trabalhistas		297	-	297	269	-	269
Empréstimos e financiamentos		8.479	-	8.479	6.851	-	6.851
Imposto de renda e contribuição social a pagar		330	-	330	224	-	224
Outros impostos a pagar		256	-	256	244	-	244
Taxas regulamentares		177	-	177	280	-	280
Dividendos propostos		157	-	157	141	-	141
Passivo não circulante		<b>1.548</b>	<b>11.092</b>	<b>12.640</b>	<b>5.957</b>	<b>10.919</b>	<b>16.876</b>
Empréstimos e financiamentos		1.548	-	1.548	5.957	-	5.957
Impostos diferidos	<b>c</b>		11.092	11.092	-	10.919	10.919
Patrimônio líquido		<b>113.159</b>	<b>47.081</b>	<b>160.240</b>	<b>113.652</b>	<b>41.187</b>	<b>154.839</b>
Capital social		120.618	-	120.618	120.618	-	120.618
Reserva de lucros		36.417	-	36.417	31.845	-	31.845
Reserva legal		3.205	-	3.205	2.376	-	2.376
Prejuízo acumulado	<b>d/ e</b>	(47.081)	47.081	-	(41.187)	41.187	-
		<b>125.224</b>	<b>58.173</b>	<b>183.397</b>	<b>128.382</b>	<b>52.106</b>	<b>180.488</b>

**Marechal Rondon**  
**Transmissora de Energia S.A.**  
*Demonstrações contábeis regulatórias*  
em 31 de dezembro de 2023

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	21.624	2.481	24.105	20.759	2.045	22.804
Custo da operação	e	(8.064)	3.493	(4.571)	(7.742)	3.991	(3.751)
<b>Lucro bruto</b>		<b>13.560</b>	<b>5.974</b>	<b>19.534</b>	<b>13.017</b>	<b>6.036</b>	<b>19.053</b>
Despesas gerais e administrativas		(1.371)	-	(1.371)	(1.932)	-	(1.932)
Outras (despesas) / receitas operacionais		(111)	-	(111)	(174)	-	(174)
Resultado antes do resultado financeiro		<b>12.078</b>	<b>5.974</b>	<b>18.052</b>	<b>10.911</b>	<b>6.036</b>	<b>16.947</b>
Resultado financeiro		<b>55</b>	-	<b>55</b>	<b>(939)</b>	-	<b>(939)</b>
Receita financeira		1.570	-	1.570	1.580	-	1.580
Despesa financeira		(1.515)	-	(1.515)	(2.519)	-	(2.519)
Lucro antes dos impostos		<b>12.133</b>	<b>5.974</b>	<b>18.107</b>	<b>9.972</b>	<b>6.036</b>	<b>16.008</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente		(1.464)	-	(1.464)	(1.137)	-	(1.137)
Imposto de renda e contribuição social diferido	c	-	(79)	(79)	-	(66)	(66)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>10.669</b>	<b>5.895</b>	<b>16.564</b>	<b>8.835</b>	<b>5.970</b>	<b>14.805</b>

### Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Patrimônio Líquido Societário</b>	<b>160.240</b>	<b>154.839</b>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(164.815)	(162.240)
Imobilizado	106.395	109.922
Intangível	247	212
Impostos Diferidos Passivos	11.092	10.919
<b>Patrimônio Líquido Regulatório</b>	<b>113.159</b>	<b>113.652</b>

### Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Lucro Líquido Societário</b>	<b>16.564</b>	<b>14.805</b>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato conforme CPC 47	(17.557)	(17.275)
Margem de construção	17.843	17.343
Ajustes de receitas variáveis	(2.860)	(2.160)
PIS/COFINS Diferido	93	77
Depreciação regulatória	(4.092)	(4.027)
Custo de Operação e Manutenção	599	36
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	79	66
<b>Lucro Líquido Regulatório</b>	<b>10.669</b>	<b>8.835</b>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

**a. Ativo de concessão**

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço.

O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

### ***Ativo de contrato***

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

**b. *Imobilizado e intangível***

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

**c. *Impostos diferidos***

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

**d. *Receita***

- (a) **Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas.

As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) **Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações contábeis regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 4.2.

**e. Custo de operação e manutenção e custo de construção**

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas demonstrações contábeis regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

**8 Caixa e equivalentes de Caixa**

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Banco	300	334
Aplicações financeiras	9.464	9.355
	<b>9.764</b>	<b>9.689</b>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração média de 101,88% do CDI em 2023 e de 100,64% do CDI em 2022.

**9 Concessionárias e permissionárias**

Todos os todos clientes da Companhia são classificados como industriais ou estão envolvidos na prestação de serviços diretamente relacionados à indústria.

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
A vencer	1.992	1.970
Vencidas até 30 dias	15	1
Vencidas até 60 dias	-	-
Vencidas até 90 dias	66	-
Vencidas até 120 dias	28	-
Vencidas até 180 dias	12	38
Vencidas entre 181 dias e 360 dias	4	14
Vencidas há mais de 360 dias	56	-
	2.173	2.023
(-) Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) (i)	(46)	(51)
	<b>2.127</b>	<b>1.972</b>

- (i) A Companhia não possui títulos renegociados em sua composição do saldo de contas a receber.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Saldo inicial	(51)	(12)
Reversão	5	-
Complemento de provisão (i)	-	(39)
Saldo final	<b>(46)</b>	<b>(51)</b>

- (i) A movimentação refere-se principalmente ao AVC complementar do grupo Quinturaré, que foi provisionado em 2022 e ainda não foi recebido.

## 10 Títulos e valores mobiliários

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Conta reserva - financiamentos	4.600	4.068
	<b>4.600</b>	<b>4.068</b>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais que suportam a Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures da MRTE (nota explicativa 13).

Durante todo o prazo do contrato, caso a MRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor dos debenturistas uma conta reserva, com recursos vinculados, com o valor equivalente a 100% (cem por cento) da amortização da parcela do Valor Nominal Atualizado devida na Data de Amortização imediatamente subsequente, e 100% do valor dos Juros Remuneratórios devidos na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente subsequente. No caso do Índice de Cobertura da Dívida esteja abaixo de 1,2 (um inteiro e dois décimos), a Companhia deverá depositar na Conta de Complementação do ICSD o valor necessário para que o índice atinja o valor mínimo de 1,2 (um inteiro e dois décimos). Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter, pelo menos, 100% da parcela de amortização e mais 100% do valor do pagamento dos Juros Remuneratórios decorrentes da dívida, conforme previsto. A Variação do saldo de um exercício para outro se deve ao aumento no percentual de amortização da dívida conforme cronograma.

## 11 Imobilizado

### a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
<b>Ativo imobilizado em serviço</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>126.734</b>	-	-	<b>366</b>	<b>127.100</b>	<b>366</b>	<b>(28.566)</b>	<b>98.534</b>	<b>102.251</b>
Terrenos	1.964	-	-	-	1.964	-	-	1.964	1.964
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.248	-	-	4	8.251	4	(2.103)	6.148	6.433
Máquinas e equipamentos	116.417	-	-	358	116.775	358	(26.409)	90.366	93.792
Veículos	39	-	-	-	39	-	(25)	14	20
Móveis e utensílios	66	-	-	5	71	5	(29)	42	42
<b>Administração</b>	<b>35</b>	-	-	<b>9</b>	<b>44</b>	<b>9</b>	<b>(28)</b>	<b>16</b>	<b>20</b>
Máquinas e equipamentos	35	-	-	9	44	9	(28)	16	20
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>126.769</b>	-	-	<b>375</b>	<b>127.144</b>	<b>375</b>	<b>(28.594)</b>	<b>98.551</b>	<b>102.271</b>
<b>Ativo imobilizado em curso</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>7.653</b>	<b>572</b>	-	<b>(367)</b>	<b>7.859</b>	<b>206</b>	-	<b>7.859</b>	<b>7.653</b>
Máquinas e equipamentos	297	227	-	(358)	167	(130)	-	167	297
Outros	7.356	345	-	(9)	7.692	336	-	7.692	7.356
<b>Administração</b>	<b>10</b>	<b>51</b>	-	<b>(9)</b>	<b>53</b>	<b>43</b>	-	<b>53</b>	<b>10</b>
Máquinas e equipamentos	10	51	-	(9)	53	43	-	53	10
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>7.663</b>	<b>623</b>	-	<b>(375)</b>	<b>7.914</b>	<b>248</b>	-	<b>7.914</b>	<b>7.663</b>
<b>Ativo imobilizado</b>	<b>134.432</b>	<b>623</b>	-	<b>-</b>	<b>135.057</b>	<b>623</b>	<b>(28.593)</b>	<b>106.462</b>	<b>109.934</b>
<b>Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica</b>									
	300	-	-	-	300	-	(173)	127	(187)
<b>Ativo não vinculado</b>	<b>300</b>	-	-	-	<b>300</b>	-	<b>(173)</b>	<b>127</b>	<b>(187)</b>



## b. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	2023		2022	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>					
Transmissão	7,81%	127.100	(28.566)	98.534	102.251
Administração	7,51%	44	(28)	16	20
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	300	(173)	127	156
		<b>127.444</b>	<b>(28.767)</b>	<b>98.677</b>	<b>102.427</b>

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
<b>Imobilizado - transmissão</b>	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
<b>Administração central</b>	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%
<b>Imobilizado não vinculado à concessão (i)</b>	
Máquinas e equipamentos	10,00%

- (i) O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhado com a norma fiscal.

**11.1 A composição das adições do ativo imobilizado por tipo de gasto capitalizado é como segue:**

Adições do ativo imobilizado em curso	Material Equipamentos	Total
<b>Transmissão</b>		
Máquinas e Equipamentos	227	227
Móveis e Utensílios	2	2
A Ratear	177	177
Projetos - diversos	44	44
Outros	122	122
<b>Total das adições</b>	<b>572</b>	<b>572</b>

Adições do ativo imobilizado em curso	Material Equipamentos	Total
<b>Administração</b>		
Máquinas e Equipamentos	51	51
<b>Total das adições</b>	<b>51</b>	<b>51</b>

**11.2 As dez principais adições (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço em 2023**

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 7480	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	7
2. IMPRESSORA RFID	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	11
3. COLETOR UHF RFID PAR PAINEL FECH.LAT.79-PF05A P1050+VIDRO	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	13
4. CONSOLE TEC ERG BAHER MOD 15105 PFAS DI BASE SUPORTE PARA MONITOR MOD BSM 01 + GARRA + BUCHA - ICMS	MOVEIS E UTENSILIOS	2
5. ASPIRADOR DE PO MONOFASICO PROFISSIONAL 2400W/220V	MOVEIS E UTENSILIOS	3
6.	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	32
7. CONTAINER DRY 20	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	37
8. TELA TAPUME OUTS ARTEFATOS	EDIFICAÇÕES	3
9. RIPAO DE PINOS MADEIRA	EDIFICAÇÕES	1
10. PROJETO MARECHAL RONDON - SECC C1 LT JULIA TAQUARUCU ATE SE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	257
<b>Total das adições</b>		<b>366</b>

Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. MONITOR LENOVO THINK VISION DE 27	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2
2. MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 7480	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	7
<b>Total das adições</b>		<b>9</b>

**11.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023**

No exercício de 2023 não foram realizadas baixas de ativos imobilizado em serviço.

## 12 Intangível

### a. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
<b>Ativo intangível em serviço</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>36</b>	-	-	14	<b>50</b>	<b>14</b>	<b>(24)</b>	<b>26</b>	<b>22</b>
Softwares	36	-	-	14	50	14	(24)	26	22
<b>Administração</b>	<b>645</b>	-	-	<b>120</b>	<b>765</b>	<b>120</b>	<b>(402)</b>	<b>363</b>	<b>386</b>
Softwares	645	-	-	120	765	120	(402)	363	386
	<b>681</b>	-	-	<b>134</b>	<b>815</b>	<b>135</b>	<b>(426)</b>	<b>390</b>	<b>408</b>
<b>Ativo intangível em curso</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>208</b>	<b>26</b>	-	<b>(14)</b>	<b>220</b>	<b>12</b>	-	<b>220</b>	<b>208</b>
Servidões	207	-	-	-	207	-	-	207	207
Softwares	1	26	-	(14)	13	12	-	13	1
<b>Administração</b>	-	<b>120</b>	-	<b>(120)</b>	-	-	-	-	-
Softwares	-	120	-	(120)	-	-	-	-	-
	<b>208</b>	<b>146</b>	-	<b>(134)</b>	<b>220</b>	<b>12</b>	-	<b>220</b>	<b>208</b>
<b>Ativo Intangível</b>	<b>889</b>	<b>146</b>	-	-	<b>1.036</b>	<b>147</b>	<b>(426)</b>	<b>610</b>	<b>616</b>
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	37	-	-	-	37	-	(26)	11	18
<b>Ativo não vinculado</b>	<b>37</b>	-	-	-	<b>37</b>	-	<b>(26)</b>	<b>11</b>	<b>18</b>

**b. Taxas de amortização**

		31/12/2023		31/12/2022	
	Taxas anuais médias de amortização (%) (i)	Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Intangível em serviço</b>					
Transmissão	20,00%	50	(24)	26	22
Administração	20,00%	765	(402)	363	386
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		37	(26)	11	18
		<b>853</b>	<b>(452)</b>	<b>400</b>	<b>426</b>

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

**12.1 A composição das adições do ativo intangível por tipo de gasto capitalizado é como segue:**

Adições do Intangível em curso	Outros gastos
<b>Transmissão</b>	
Software	26
<b>Total das adições</b>	<b>26</b>

Adições do Intangível em curso	Outros gastos
<b>Administração</b>	
Software	120
<b>Total das adições</b>	<b>120</b>

## 12.2 As dez principais adições (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço em 2023:

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. SERVIÇO DE INSTALACAO E CONFIGURACAO DO SISTEMA	SOFTWARE	14
<b>Total das adições</b>		<b>14</b>

Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. SERVIÇO DE CONSULTORIA E ASSESSORIA	SOFTWARE	51
2. SERVIÇO DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA	SOFTWARE	51
3. LICENCA DE USO CESSAO E BASE DE DADOS	SOFTWARE	1
4. SERVIÇO DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA	SOFTWARE	17
<b>Total das adições</b>		<b>120</b>

## 12.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço em 2023

Em 2023, não houve baixas do ativo intangível em serviço no grupo de transmissão.

## 13 Financiamentos - Terceiros

### a. Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	dez/16	jun/26	N/A	IPCA+8,00%	17.801	12.808
					<b>17.801</b>	<b>12.808</b>
Circulante					8.479	6.851
Não circulante					1.548	5.957
					<b>10.027</b>	<b>12.808</b>

### b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2022	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2023
Debêntures	12.808	1.447	(513)	(3.715)	10.027
<b>Total</b>	<b>12.808</b>	<b>1.447</b>	<b>(513)</b>	<b>(3.715)</b>	<b>10.027</b>

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2021	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2022
Debêntures	17.801	2.414	(1.372)	(6.035)	12.808
<b>Total</b>	<b>17.801</b>	<b>2.414</b>	<b>(1.372)</b>	<b>(6.035)</b>	<b>12.808</b>

**Debêntures**

Em 15 de dezembro de 2016 foi assinado o Instrumento Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição e desembolso em 29 de dezembro do mesmo ano no valor de R\$ 15.000.000 (quinze milhões de reais), sendo a primeira amortização em 30 de dezembro 2021 com o término em 30 de junho de 2026.

A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 8,00% a.a.

Com a liquidação antecipada do empréstimo com o BNDES, as garantias reais que suportam o financiamento têm como beneficiários apenas os debenturistas.

**c. Covenants**

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida atendendo à Escritura da 2ª Emissão de Debentures. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2 vezes. O referido índice calculado a partir do balancete societário auditado e foi atingido pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 e é apresentado conforme abaixo:

<b>A) Geração de Caixa</b>	<b>15.715</b>
(+) EBITDA	16.736
(-) Pagamento de IR + CS	(1.021)
 <b>B) Serviço da Dívida</b>	 <b>4.228</b>
(+) Pagamento de juros	513
(+) Amortização de dívida	3.715
<b>Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = (A) / (B)</b>	<b>3,72</b>

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

(+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR	18.107
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	(55)
(+) Depreciações e amortizações	193
(+) Pis/Cofins diferido	94
(+) Receita Anual Permitida no Exercício	(1.603)

A Companhia também deve apresentar o Índice de Capitalização com valor igual ou superior a 25%, conforme cálculos abaixo:

Patrimônio Líquido (A)	160.240
Ativo Total (B)	183.297
<b>Índice de Capitalização (A/B)</b>	<b>87%</b>

**a. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo)**

	<b>Amortização</b>
2025	1.400
2026	148
	<b>1.548</b>

## 14 Provisão para contingências

### Contingências prováveis (provisionadas)

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como “provável” e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

### Contingências possíveis (não provisionadas)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos com servidões, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Servidões (i)	57	57
<p>(i) Servidões: Referem-se à ação ajuizada para implementar servidão administrativa de passagem em áreas específicas (fração de imóveis) onde são instaladas as torres de transmissão de energia elétrica. A ação foi autuada sob o nº 0800800-97.2015.8.12.0021, e tramita pelo Estado de Mato Grosso do Sul. A Companhia aguarda decisão judicial para dar prosseguimento no feito.</p>		

## 15 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 120.618 (cento e vinte milhões, seiscentos e dezoito mil reais) dividido em 120.618 (cento e vinte milhões, seiscentos e dezoito mil) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2023 e 2022
SGBH	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	<b>100,00%</b>

### b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício societário, antes de qualquer outra destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

### c. Reserva de retenção de lucros

Conforme demonstração financeira societária, em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível o montante de R\$ 36.417 (trinta e seis milhões, quatrocentos e dezessete mil reais) e R\$ 31.845 (trinta e um milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil reais) respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada.



**d. Prejuízos acumulados**

Conforme demonstrado na nota explicativa 7, as diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias impactam diretamente na apuração do resultado da Companhia resultando num prejuízo acumulado de R\$ 47.081 (quarenta e sete milhões, oitenta e um mil reais) em 31 de dezembro de 2023 e 41.187 (quarenta e um milhões, cento e oitenta e sete mil reais) em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras regulatórias absorvidos pela retenção de lucros.

**e. Dividendos**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Lucro líquido do exercício - societário	16.564	14.805
Reserva legal (5%)	(829)	(740)
Base de cálculo para os dividendos	15.735	14.065
Dividendo mínimo obrigatório	<b>157</b>	<b>141</b>

Foram efetuadas as aprovações de pagamento de dividendos que foram pagos ao longo de 2023 e 2022 conforme demonstrado abaixo:

Órgão aprovador	Data aprovação	Pagamento em 2023	Pagamento em 2022
AGO	26/04/2022	-	115
RCA	24/05/2022	-	9.873
AGO	26/04/2023	141	-
RCA	12/06/2023	11.005	-
<b>Total</b>		<b>11.146</b>	<b>9.988</b>

## 16 Receita operacional líquida

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>22.748</b>	<b>21.854</b>
Ajuste da Receita de rateio de antecipação	(135)	(169)
Receita de encargos de transmissão (i)	7.315	6.743
Receita de novas obras RBNI	152	143
Recuperação de PIS e COFINS	758	705
Receita Rede de Fronteira (i)	13.160	12.054
Receita de CCT	1.449	2.280
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(239)	(151)
Indisponibilidade de equipamentos	(151)	(100)
Descontos Incidentes na TUST	439	349
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(1.124)</b>	<b>(1.095)</b>
PIS	(148)	(143)
COFINS	(679)	(666)
P&D	(216)	(208)
TFSEE	(81)	(78)
	<b>21.624</b>	<b>20.759</b>

- (i) Aumento decorrente pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo de adoção e a RAP do ciclo atual.

## 17 Custo de construção e operação

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(2.413)	(2.689)
Material	(412)	(256)
Serviços de terceiros (i)	(787)	(439)
Depreciação e amortização	(4.092)	(4.027)
Gastos diversos	(348)	(314)
Outros	(12)	(17)
	<u>(8.064)</u>	<u>(7.742)</u>

- (i) O aumento do saldo em 2023 é decorrente essencialmente a custos de compensação ambiental relacionados ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental 51/2022 celebrado entre MRTE e o IMASUL.

## 18 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(739)	(1.083)
Serviços de terceiros	(208)	(271)
Arrendamentos e aluguéis	(112)	(102)
Recuperação de despesas (i)	125	-
Depreciação e amortização	(156)	(135)
Taxas	(187)	(204)
Outras	(94)	(137)
	<u>(1.371)</u>	<u>(1.932)</u>

- (i) A variação na linha de pessoal refere-se substancialmente ao rateio conf. Res. 699/16 devido a inclusão das empresas XRTE e STE em 2022 conforme detalhado na nota explicativa 22.

## 19 Despesas com pessoal

<b>Pessoal - operação</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Remuneração	(1.536)	(1.748)
Encargos	(542)	(594)
Previdência privada	(19)	(9)
Outros Benefícios - Corrente	(310)	(328)
Outros	(6)	(10)
	<u>(2.413)</u>	<u>(2.689)</u>

<b>Pessoal - administração</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
--------------------------------	-------------------	-------------------

Remuneração	(319)	(435)
Encargos	(107)	(168)
Previdência Privada	(7)	(6)
Benefícios	(59)	(79)
Outros	(23)	(91)
Administradores	(224)	(304)
	<u>(739)</u>	<u>(1.083)</u>
	<u><u>(3.152)</u></u>	<u><u>(3.772)</u></u>

## 20 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira	<u>1.570</u>	<u>1.580</u>
Receita de aplicações financeiras	1.559	1.565
Outras	11	15
Despesa financeira	<u>(1.515)</u>	<u>(2.519)</u>
Juros sobre debêntures (i)	(888)	(1.372)
Variação monetária passiva (ii)	(559)	(1.042)
Outras	<u>(68)</u>	<u>(105)</u>
	<u><u>55</u></u>	<u><u>(939)</u></u>

- (i) Variação refere-se à variação do IPCA e liquidações do saldo de principal e juros ao longo do período (vide nota explicativa 13).
- (ii) Variação refere-se à redução do IPCA de um exercício para outro.

## 21 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro Presumido)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas brutas (8%) (i)</b>	<b>21.199</b>	<b>22.198</b>
<b>Receitas brutas (32%) (ii)</b>	<b>1.449</b>	<b>-</b>
Base de cálculo (8%)	1.696	1.776
Base de cálculo (32%)	464	
Outras receitas	1.994	1.406
<b>Base de cálculo</b>	<b>4.153</b>	<b>3.182</b>
IR devido	(1.014)	(771)
<b>Total de IRPJ</b>	<b>(1.014)</b>	<b>(771)</b>
	<u><u>31/12/2023</u></u>	<u><u>31/12/2022</u></u>

<b>Receitas brutas (12%) (i)</b>	<b>21.199</b>	<b>22.198</b>
<b>Receitas brutas (32%) (ii)</b>	<b>1.449</b>	-
Base de cálculo (12%)	2.544	2.664
Base de cálculo (32%)	464	-
Outras receitas	1.994	1.406
<b>Base de cálculo</b>	<b>5.001</b>	<b>4.070</b>
CSLL devida	(450)	(366)
<b>Total de CSLL</b>	<b>(450)</b>	<b>(366)</b>
<b>Total IRPJ/CSLL corrente</b>	<b>(1.464)</b>	<b>1.137</b>

- (i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP.
- (ii) As receitas de CCT e CCI estão sendo tributadas mediante a aplicação da alíquota de presunção de 32% para IRPJ e CSLL.

## 22 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

### 22.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	<u>207</u>	<u>537</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	207	537

### 22.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - partes relacionadas	<u>783</u>	<u>708</u>
Aluguel	12	-
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	771	708

### 22.3 Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado - partes relacionadas	<u>(2.222)</u>	<u>(2.749)</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(2.117)	(2.641)
Aluguel (ii)	(105)	(98)
Serviços de engenharia SGSE (iii)	-	(10)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de

Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas.

- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para os exercícios de 2023 e 2022.

## 22.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	98	118
Benefícios diretos e indiretos	16	21
Encargos	48	70
Provisões (13 salário, férias e bônus)	62	95
<b>Valor total da remuneração</b>	<b>224</b>	<b>304</b>

- (\*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.

## 23 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Exceto conforme detalhado no item 23.2 a seguir, a Companhia considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros, não diferem dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrados no quadro abaixo estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

### 23.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<b>Ativos mensurados pelo valor justo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Caixa e equivalentes de caixa	<b>8</b>	9.764	9.689
Títulos e valores mobiliários	<b>10</b>	4.600	4.068
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Contas a receber - partes relacionadas	<b>22</b>	207	537
Concessionárias e permissionárias	<b>9</b>	2.127	1.972
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Fornecedores terceiros		37	56
Fornecedores - partes relacionadas	<b>22</b>	783	708
Financiamentos – Terceiros	<b>13</b>	10.027	12.808

### 23.2 Instrumentos financeiros que são exigidas divulgações do valor justo

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os recebimentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo.

Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo:

Saldo contábil: R\$ 10.027  
Cálculo valor justo: R\$ 10.093

A Companhia considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, aproximam-se dos seus valores justos.

### 23.3 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

**a. Riscos de mercado**

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

**b. Riscos de taxa de juros**

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

<i>Efeito em</i>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Ativos Financeiros</b>		
Caixa e equivalente	9.764	9.689
Títulos de Valores Mobiliários	4.600	4.068
Contas a receber	207	537
Concessionária e Permissionárias	2.127	1.972
<b>Passivos Financeiros</b>		
Empréstimos e financiamentos - terceiros	10.027	12.808

**c. Riscos cambiais**

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

**d. Risco de crédito**

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados as concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

**e. Risco de liquidez**

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

## 24 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

## 25 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<b>Ativo</b>	<b>Tipo de cobertura</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro Patrimonial	Risco operacional	88.041	88.041
Veículos	Carros	49	52
<b>Total Seguros</b>		<b><u>108.090</u></b>	<b><u>108.093</u></b>

\*\*\*\*

Ramon Sade Haddad  
Diretor Presidente

Jorge Bauer  
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa  
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2